

LUÍS MIGUEL ROSA

“Entrar a matar significaria rombo ainda maior na economia”

O inspetor regional da ARAE entende que a “história de sucesso” da Região no combate à pandemia deve-se à ação do Governo, comerciantes e população em geral. Em entrevista ao JM, admite que algumas medidas terão roçado a “inconstitucionalidade” e garante que a fiscalização foi feita de forma pedagógica. “Não entramos a matar”, vinca. Págs. 6 e 7



Protagonista



Luís Miguel Rosa

INSPETOR REGIONAL DA ARAE

Elogia o enorme esforço da sua curta equipa de inspetores em tempo de pandemia, pelo trabalho incessante realizado na fiscalização do cumprimento das regras sanitárias, mas valoriza também a cooperação com as forças de segurança a este nível. Considera que o sucesso da luta contra o vírus assentou nas medidas implementadas pelo Governo Regional e no respeito de empresários e população pelas mesmas, mas esclarece, para que não subsistam dúvidas, que apesar das centenas de contraordenações levantadas, a prioridade sempre foi corrigir os problemas detetados em detrimento da aplicação de coimas.

Para Luís Miguel Rosa, a difícil realidade de alguns agentes económicos foi levada em conta, embora reconheça ter sido necessário ser menos tolerante em algumas ocasiões.

Luís Miguel Rosa:

“A nossa missão não é andar à caça da multa”

Luís Miguel Rosa cumpre, este mês, dois anos como inspetor regional da ARAE. Em entrevista ao JM, reconhece que houve períodos complexos, sobretudo devido à falta de meios, mas destaca a “história de sucesso” da Região, graças ao Governo, comerciantes e população em geral. Admite que algumas medidas poderão até ter roçado a “inconstitucionalidade”, mas ressalva que as pessoas perceberam o contexto de exceção.

Por **Marco Milho**
mmilho@jm-madeira.pt

JM – Que retrospectiva faz destes dois anos na ARAE, num período quase todo ele marcado pela pandemia?

LMR – Para mim, a primeira situação foi perceber todos os contornos de como é que isto funciona, a própria administração pública. Há coisas que já sabia, por força da minha profissão, mas tudo leva o seu período de transição. Também apanhei uma fase mesmo antes da covid, em que tínhamos alguns concursos abertos para concluir. Portanto, também iriam entrar pessoas novas para a inspeção. Na prática, aquele período permitiu perceber não só como é que isto se geria, mas também o que poderia fazer para melhorar este serviço. A minha primeira conversa quando me sentei aqui com eles foi que tenho uma comissão para três anos, que espero cumprir, com o objetivo de deixar isto melhor do que encontrei. Depois veio a covid, que foi difícil para todos nós cá dentro, sobretudo para os inspetores que tinham de andar na rua todos os dias quando a ordem era para ficar toda a gente em casa. No início, ainda não sabíamos exatamente quais eram os perigos, e tive inspetores, com toda a naturalidade, com muito receio das saídas e dos contactos com as outras pessoas, mas fomos ultrapassando. Acima de tudo, aquele período foi um ‘batismo de fogo’. Levou-nos muito da pele, foram muitas horas feitas para além daquilo que era o serviço do horário normal, inclusive para todo o pessoal técnico e administrativo, mas houve uma excelente dedicação de todos à causa maior e aí só posso dizer coisas maravilhosas desta gente.

O JM publicou recentemente alguns números da ação da ARAE durante esse período. Que comentário merecem esses números, e que ilações é que pode tirar? No início, a situação era um bocadinho complexa, sobretudo entre março e julho de 2020, porque não havia nenhuma

medida sancionatória para além de um eventual crime de desobediência. Mas não era muito útil no sentido da intervenção imediata e da cessação de uma eventual ilicitude. Naquela fase, foi sempre muito à base de convencer as pessoas da necessidade de cumprir aquelas regras, da questão de sensibilizar, até porque havia muito desconhecimento. Os comerciantes não sabiam como é que poderiam fazer, o que teriam de instalar, se precisavam de meter acrílicos, a questão das distâncias... Mas o que se percebeu foi que houve uma vontade muito grande das pessoas em colaborar, perceberam a ameaça que havia de um novo encerramento como aconteceu no continente, e acho que os números mostram isso. Houve, de facto, uma colaboração muito grande da população nas medidas que foram preconizadas pelo Governo Regional, o que facilitou o nosso trabalho. Como é evidente, não há bela sem senão, há sempre exceções à regra, elas surgiram, foram sendo lidadas conforme os instrumentos que tínhamos na altura, e a partir de julho surgiu já um regime contraordenacional que veio dar a origem aos números que saíram. Levantámos 785 processos contraordenacionais só devido à covid, sendo que até fevereiro tínhamos levantado perto de 170 ou 180. O recolher obrigatório foi, de longe, a infração mais

“**Não podíamos, de todo, entrar a matar. Se o fizéssemos, estaríamos a contribuir para que a economia sofresse um rombo ainda maior.**”

verificada aqui na Região.

O que foi mais difícil?

Operacionalmente, não temos um número muito grande de inspetores. Tivemos sempre as nossas equipas na rua, mas o maior trabalho começou a aparecer a partir do momento em que as pessoas deixaram de estar confinadas, com o comércio aberto, e aí tivemos várias semanas de muito trabalho em que os inspetores trabalhavam quase 24/7. Tínhamos uma equipa curta, sendo que estavam concursos a terminar, estavam pessoas a entrar, que eram estagiários e ainda tinham de aprender, e na prática tiveram de dar o corpo ao manifesto. Em termos organizacionais e de logística, foram períodos mais complexos, e aí tivemos também um apoio inestimável da PSP e da GNR, com quem tivemos muitas operações em conjunto, sobretudo à noite. Essas foram as situações mais complexas. Na Noite do Mercado, que não houve no ano passado, mas quando chegámos à Zona Velha, por volta das 22h30 e não nos conseguíamos mexer na rua de Santa Maria. Estávamos com a PSP e era um para 15. Quando chegámos, estavam, à vontade, 400 a 500 pessoas ali espalhadas. Conseguimos dispersar, mas foram todos para a Rua das Fontes, e tivemos de ir para lá dispersar outra vez. Tivemos também problemas com alguns estabelecimentos comerciais, alguns até encerraram mesmo. Descobrimos festas que não se podiam realizar, e que requereram um trabalho mais complexo, também para gerir com pessoas alcoolizadas, que não queriam acatar. Mas, no cômputo geral, e é justo dizê-lo, mesmo com as nossas intervenções, as pessoas podiam até não gostar naquele momento, mas respeitavam. Houve uma situação em que estávamos com a PSP e houve uma tentativa de agressão a agentes, por parte de uma pessoa mais alcoolizada. Mas, regra geral, as pessoas acataram, e quando estavam em infração, corrigiram os seus comportamentos.

Falou na falta de meios humanos. Essa

Luís Miguel Rosa prefere que as situações de incumprimento detetadas sejam corrigidas em vez de promover a adoção de ações repressivas que não resolvem os problemas e acentuam as dificuldades dos agentes económicos.

lacuna já foi minimizada ou a ARAE continua a debater-se com falta de pessoal? Sim, foi. Quando cá cheguei, uma das lacunas que conseguimos corrigir, foi que tínhamos uma geração de inspetores no final de carreira. São muito importantes, temos inspetores com mais de 30 anos de carreira, que já viram de tudo e têm uma experiência gigantesca, mas que estão em fim de carreira, entre aspas, e é preciso fazer uma renovação geracional. Felizmente, tivemos a entrada de 10 novos inspetores, que estão a concluir o curso de formação ministrado pela ASAE, que acaba em dezembro. Também tivemos a necessidade de dotar a instituição de mais meios humanos do ponto de vista jurídico. Montámos um gabinete jurídico, importante até por todas as alterações legislativas que vão surgindo, pelas competências que têm sido atribuídas à ARAE ao longo dos anos, e pela necessidade de libertar os inspetores para a sua área de intervenção superior que é a inspeção e as averiguações – a rua, como gosto de dizer. Tínhamos equipamentos já com alguma antiguidade e fizemos a sua substituição, e estamos a tentar obter mais um veículo. Paulatina e gradualmente temos suprido as lacunas que havíamos, sem que o serviço tenha tido qualquer problema.

Qual é o corpo da ARAE?

No total, temos 23 inspetores, mas ao serviço, neste momento, temos 20, sendo que três estão fora porque foram requisitados para outros serviços. Depois temos um corpo técnico que é composto por biólogos, técnicos alimentares, engenheiros, que têm muito a ver com as áreas de atuação da ARAE, não só na área alimentar, mas também económica, também o jogo... No total, terminamos o ano com à volta de 40 funcionários, entre inspetores, técnicos e administrativos.

Em relação às coimas e à cobrança, há muitos processos em tribunal? Há mais, menos?

Por acaso – e não sei se posso dizer que me surpreendeu, mas com aquilo que ouvimos, da contestação... –, destes 785 processos contraordenacionais relacionados com a covid, só tivemos uma impugnação até à data. Só uma, no meio destes processos todos. Houve também, a partir de janeiro deste ano, a possibilidade, através do pagamento voluntário da coima, das pessoas poderem terminar os processos. Houve um volume muito grande de pessoas que vieram requerer o pagamento voluntário e assim tiveram o processo arquivado. No fundo, reconheciam a sua eventual infração e vinham pedir a liquidação da coima pelo mínimo, não se arriscando a uma condenação eventual.

Muitas ações contaram com a participação da PSP. Como foi a colaboração da ARAE com a polícia?

No âmbito da nossa atividade nós colaboramos sempre com as forças de segurança, seja a PSP, GNR, Polícia Marítima, ou outras



FOTO JOANA SOUSA

entidades, como a Autoridade Tributária, a Inspeção de Trabalho... Ou seja, temos uma relação muito próxima, até porque muitas das nossas áreas se cruzam. Uma das áreas de uma matéria que é nossa engloba as novas substâncias psicoativas, que ainda hoje a sua punição é uma contraordenação, e nesse sentido trabalhamos muito com a PSP e a PJ. A linha entre o crime e a contraordenação depende do tipo de substância que é apanhada e muitas vezes é apanhada mais do que uma. O ano passado foi relativamente calmo no que concerne às drogas tradicionais porque elas não entravam – havia limitações, quer no aeroporto, quer nos barcos. Havia muita dificuldade para que elas entrassem, o que fez disparar as novas substâncias, que são igualmente más ou piores que as drogas tradicionais. Aí temos uma relação muito próxima com eles e trabalhamos muito em operações conjuntas, quando há suspeita de tráfico ou venda dessas substâncias. Mas também no dia a dia, há situações que não temos a capacidade humana para verificar e pedimos a colaboração da PSP ou da GNR, e eles sempre se disponibilizaram, nunca tive uma recusa em quase dois anos. E também há situações em que eles pedem a nossa colaboração.

A ARAE também desempenhou um papel importante no aspeto pedagógico e

A ARAE já tem montada uma operação de fiscalização para a Black Friday e está preparada para fazer cumprir as regras em vigor durante a quadra natalícia.

na sensibilização.

Sim, mas isso também tem de ser. Não nos podemos esquecer que a ARAE está sob a tutela da Secretaria da Economia, e o pressuposto do secretário é desenvolver e potenciar a economia regional e permitir que os agentes económicos prosperem e criem melhores condições para a Região e para os madeirenses. A nossa missão não é andar à caça da multa. A nossa missão é garantir que a legalidade é cumprida por qualquer operador económico. Para mim, e essa é a postura que transmito aos inspetores, é mais importante ir ao local detetar uma irregularidade ou infração e corrigi-la do que levantar autos de notícia ou andar com estatísticas de coimas. Prefiro que as situações sejam corrigidas, no momento, se possível, em vez de andar com ações repressivas que não resolvem o problema. Sim, há situações que não podemos de forma alguma ignorar, sobretudo na área alimentar.

Também tivemos a sensibilidade de perceber que a covid afetou claramente a economia, não só no sentido da redução do seu volume de faturação, das dificuldades que surgiram com a falta de clientes em alguns negócios, com o aumento dos custos, com as obrigações que tiveram de cumprir para não despedir pessoas... Isto foi tudo presente e se encontrássemos uma situação que estava irregular, desconfor-

“**Temos de perceber que estivemos quase dois anos nisto e o cansaço é perfeitamente humano. As pessoas começam a ficar cansadas, porque o ser humano não é feito para estar em reclusão, não faz parte da sua natureza.**”

me, ou mesmo ilícita, não podíamos, de todo, entrar a matar. Se o fizessemos, estaríamos a contribuir para que a economia sofresse um rombo ainda maior. Portanto, a preocupação foi ajudar, sensibilizar, permitir que os comerciantes pudessem ter tempo para se ajustarem a estas novas obrigações e ter a nossa colaboração naquilo que fosse necessário. É evidente que, se não o fizessem e continuassem a prevaricar, iríamos agir, como agimos e como os números mostram que agimos.

E as pessoas entenderam as medidas e essa fiscalização, tanto os empresários e comerciantes como a população em geral? Eu diria que, desde logo, os primeiros a entender foram os empresários, comerciantes e lojistas, porque era o negócio deles. Estava, de facto, em cima da mesa a sua subsistência. Naturalmente que detetámos situações em que havia já alguma aflição, e quando há aflição, a tendência para cortar caminho e fazer algo que não se faria de outra forma é muito superior, porque as pessoas precisam de sobreviver. E ao ver o seu negócio em marés muito complicadas, a tendência para fazer qualquer coisa para o salvar é muito grande. A verdade é que as pessoas acabaram por aderir e perceberam a circunstância e o porquê dessas medidas. Parece-me que há aqui uma história de sucesso, graças a três entidades: o Governo Regional, com as suas medidas, os comerciantes, que as assumiram e aplicaram, e as pessoas, que aceitaram e cumpriram. Sem isso, teria sido um cenário completamente diferente.

Mesmo assim, algumas medidas foram muito contestadas e houve alguma resistência, como foi o caso do recolher obrigatório e até a proibição do consumo ao balcão.

Sim, porque há situações que são complexas, temos de ter noção disso. A questão das restrições do consumo nos interiores dos estabelecimentos, sobretudo ao balcão... temos espaços aqui na Região – aqueles

bares mais pequenos – em que era difícil. E depois levantavam-se outras questões, até na própria forma de fiscalizar essas situações era sempre complicado. Mas aqui o que interessava era reduzir o risco. Sabemos que não há risco zero, isso é impossível, mas a ideia essencial era transmitir a mensagem de que tínhamos de cumprir, e a verdade é que a esmagadora maioria acabou por cumprir, com maior ou menor contestação. Também temos de perceber que estivemos quase dois anos nisto e o cansaço é perfeitamente humano. Mesmo em relação ao recolher obrigatório, havia situações em que as pessoas estavam sozinhas na rua, não é que estivessem em grupos. E tivemos esse problema, logo de início, sobretudo com os mais velhos. É preciso também ter jogo de cintura e saber gerir estas situações.

Acha que estas normas de exceção alguma vez pisaram o risco, até em termos de constitucionalidade?

Isso já é uma pergunta mais complexa [risos]. Infelizmente ou felizmente, não há um manual de instruções sobre como gerir um país ou uma terra numa situação de pandemia. Nós percebemos isso com a velocidade de obrigações legais que iam saindo – resoluções, decretos-lei, leis nacionais ou regionais – e até para nós era complicado... A nossa missão não é discutir a lei, é aplicar o que está na lei. A verdade é que foram meses muito complexos, muito mais complexos para quem está a gerir e tem de tomar decisões, mas eu tenho uma máxima e sigo por ela: mais vale uma má decisão do que uma não-decisão e a incerteza. Sim, houve algumas que poderão ter roçado até alguns laivos de inconstitucionalidade, mas a verdade é que foram acatadas. Regra geral, a própria população percebeu que, independentemente de estar a sacrificar alguns dos seus direitos, que foi o que aconteceu nestas situações, percebeu que elas também eram importantes naquele momento.

Aproxima-se o Natal e é possível que regressem, este ano, eventos como a Noite do Mercado. Como serão operacionalizados esses eventos?

Neste momento, no que toca à covid, o que existe é o que está na última resolução, ou seja, extremamente limitado em relação àquilo que era antes. Em termos da nossa fiscalização, essa será direcionada para as questões da nossa área, aquilo que nós fazemos independentemente de haver covid ou não. A higiene e segurança alimentar, o controlo dessas circunstâncias, que é o que fazemos sempre, porque o nosso trabalho não é só covid. A covid veio e virá e o resto do trabalho fica. Portanto, no âmbito daquilo que serão as futuras festas e mesmo as atividades – por exemplo, a Black Friday, para a qual já temos uma fiscalização montada, como fazemos sempre todos os anos, e também nas feiras e mercadinhos – temos a nossa missão habitual, nos licenciamentos e na higiene e segurança, e vamos fazê-la.